

6^{am} - Brasil JORNAL DA TARDE

11 JAN 1996

análises de nossos preclaros economistas denunciando o valor irreal do real, a taxa "suicida" de juros, etc.? Tomara que não. É possível, no entanto, que a preferência nacional pelo espetaculoso, pelo rebuliço dos escândalos no "sistema de poder" venha a colocar em segundo plano a agenda reformista. Onde houver irregularidade, que se apure com todo rigor. Sem que o denunciismo malabarista e contorcionista desvie nossa atenção das reformas indispensáveis à competente reestruturação administrativa do Brasil.

disenteria dos gastos públicos pode levar à morte por desidratação do Plano Real. Muito se enfatizou em 1995 a urgência de programas sociais. No entanto, poucos viram na desorganização das contas públicas o principal entrave aos investimentos permanentes na área social. A esmagadora maioria se recusa a reconhecer que governos falidos não têm como fazer investimentos em educação e saúde com efeitos multiplicadores de longa duração. Programas emergenciais são paliativos com resultados efêmeros. Se queremos pôr em

mas sociais de atestada qualidade, o tempo todo supervisionados pela comunidade. A construção da cidadania não será aperfeiçoada se se conceder ao governo o direito de gastar à vontade, desde que o faça "socialmente". Todo desarranjo das contas públicas é pago com sofrimento do povo. A nossa recente superinflação prova isso à exaustão. Somos todos, ou quase todos, contribuintes. Cabe-nos fiscalizar diuturnamente os gastos públicos. Temos o direito de acompanhar, passo a passo, para onde vai, e com que prioridade, o montante expressivo de recursos que o governo drena da sociedade. Não me lembro de ter assistido a manifestações de condenação geral de governos perdulários e esbanjadores. Reclama-se apenas à boca miúda e só na hora em que se tem o bolso saqueado. Mas não vi até hoje campanhas pelo social que partissem de manifestações coordenadas contra o déficit público. Os que se preocupam com a ganância irresponsável dos governos costumam ser acusados de monetaristas destituídos de sensibilidade social. Programas sociais sérios só se viabilizarão com o fim da "farra orçamentária". Reage Brasil.

O AUTOR

Alberto
Oliva é
professor
de Filosofia
da UFR

